

As Encruzilhadas do Bará do Mercado de Pelotas (RS)¹

Isabel Soares Campos –
Programa de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos
do estado de Minas Gerais (PPDDH/MG)

Palavras-chave: Batuque; Patrimônio Cultural; Mercado Público de Pelotas

Alupô, meu Pai Bará!²

Introdução

Bará do Mercado pode ser lido como um espaço-sagrado no qual atribui-se referência simbólica fundamental para a existência das comunidades tradicionais de terreiro e para a manutenção de suas práticas ritualísticas. No entanto, a perspectiva decolonial³ emerge como abertura de caminhos para a compreensão do Mercado do Bará não apenas como símbolo ou representação de uma prática cultural, mas Bará como um conceito do “campo inventivo” que se reinventa a partir do que a comunidade ritualiza de modo a transgredir ontologias do ser-saber através da circulação e transformação (RUFINO, 2019). Uma vez que, “as populações subordinadas ao regime de opressão do escravagismo forjaram um arsenal de ações descoloniais” (RUFINO, 2019, p. 67).

Nas cidades, onde as encruzilhadas não foram destroçadas pelos colonizadores, os Mercados Públicos erguidos durante o regime de opressão escravagista tornaram-se “frestas”⁴ para a existência e resiliência dos terreiros, de modo a cruzar saberes e práticas inconformadas com a herança colonial, forjando projetos possíveis de novos mundos. Mercado Público é lugar sacralizado de domínio do Bará e Elegbara⁵ e por isso é fundamental para as comunidades tradicionais de terreiro em diferentes cidades do Brasil.

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (2024).

² Saudação ao orixá Bará na língua Nagô

³ O pensamento decolonial parte de um conjunto de categorias analíticas e explicativas cuja função é fazer críticas ao modelo moderno-colonial. Portanto, para compreender o pensamento decolonial, faz-se necessário entender o conceito de colonialidade, o qual parte do seguinte pressuposto de que o fim do colonialismo como um regime econômico, social e política, não significa o fim das práticas coloniais. No caso do Brasil, o racismo estrutural perpetuado através das desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, é produzido e reproduzido apesar do fim do regime colonial. Outro exemplo é a **Colonialidade do Saber**, fenômeno que persiste na modernidade através da hegemonia da produção do conhecimento da qual se legitima e se reconhece somente pensadores homens, brancos e europeus. Negando ou invisibilizando o conhecimento produzido por pensadoras e pensadores do Sul Global (Césaire, 2020; Viveiros de Castro, 2002).

⁴ A partir da obra de Luiz Rufino intitulada “Pedagogia das Encruzilhadas”, tomo emprestado a noção de “fresta” como potência de Exu, onde Exu opera para produzir práticas de resiliência e transgressão. Nesse mesmo sentido, Bará emerge como potência transformadora e transgressora na cidade de Pelotas, uma vez que Bará e Exu são seres com domínios similares nas religiões afro-brasileiras, no entanto, cada um tem sua particularidade a partir de cada liturgia.

⁵ Elegbara é o domínio de Exu, reconhecido pelas cosmologias iorubanas como detentor da potência da vida e da mudança criativa.

Na cidade de Pelotas, no estado do Rio Grande do Sul, o Bará é o dono do Mercado Público, e deve-se pedir licença ao adentrá-lo.

Em busca do reconhecimento do Bará do Mercado como patrimônio cultural, de forma oficial, foi que o, então, presidente do Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Pelotas, Babalorixá Juliano D'Oxum, entrou em contato com a Prof^ª. Dr^ª. Louise Prado Alfonso, que à época coordenava o projeto de extensão “Terra de Santo: Patrimonialização de Terreiro em Pelotas”, vinculado ao Departamento de Antropologia e Arqueologia e ao Grupo de Estudos Etnográficos Urbanos (GEEUR), da Universidade Federal de Pelotas – UFPel. A busca de apoio visava unir forças com o apoio institucional, a fim de buscar o reconhecimento oficial do poder público quanto à existência do bem cultural e articular mecanismos para sua salvaguarda.

Assim, em 2022, iniciou-se o processo de elaboração do dossiê do Bará do Mercado de Pelotas, escrito conjuntamente pelos discentes da UFPel provenientes de vários cursos (Arquitetura e Urbanismo, Antropologia, Arqueologia, História, Direito), pesquisadores e pesquisadoras, bem como sacerdotes e sacerdotisas das religiões de matrizes africanas. A partir das minhas pesquisas e publicações sobre o tema das religiões de matriz africana e controvérsias públicas, sobretudo, dos estudos com foco nas manifestações públicas do Bará na cidade de Pelotas, aceitei o convite para participar da construção coletiva do Dossiê.

Em março de 2023, o dossiê foi levado à apreciação do Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Pelotas, e, em seguida, apresentado ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado do Rio Grande do Sul (Iphae-RS). Em junho de 2023, o Conselho recebeu uma resposta positiva do instituto, afirmando que o dossiê apresentou um conteúdo avançado e diante disso, o processo de inventariação do bem cultural poderia iniciar na fase 2. Nos termos do Iphae, a fase 2 consiste na realização de entrevistas (semiestruturadas a partir de um questionário estabelecido pelo órgão) para a coleta de dados pertinentes, sobretudo, em relação às salvaguardas necessárias para a continuidade do bem cultural atualmente. Posteriormente, inicia-se a fase 3, de identificação, na qual se exige uma descrição detalhada dos diversos elementos que compõem o bem cultural, para se documentar a situação em que o bem se encontra na atualidade.

No entanto, o processo da patrimonialização apresentou desafios que entrecruzaram rompimentos, inclusão de novos atores, a complexidade em registrar bens culturais de natureza imaterial e a adequação de instrumentos técnicos para estes tipos de

bens patrimoniais. Diante das encruzilhadas, o artigo busca potencializar Bará como uma força emancipadora e de resistência afrodiáspórica que, ao incorporar valores e importância na mesma medida que se atribui às referências culturais para serem reconhecidas como patrimônio cultural através de instituições oficiais da modernidade ocidental, se cruza aos desvios revelando a incompatibilidade das técnicas patrimoniais com um modo de existir constantemente em transformação para abrir caminhos nas frestas da opressão.

1. Bará do Mercado de Pelotas: patrimonialização, negociações e desafios

No Batuque do Rio Grande do Sul, cultuam-se doze Orixás: Bará, Ogum, Iansã, Xangô, Odé, Otim, Ossanha, Obá, Xapanã, Oxum, Iemanjá e Oxalá. Os primeiros registros das religiões de matriz africana sendo cultuadas no estado do Rio Grande do Sul ocorrem a partir da chegada da população escravizada no estado (Pernambuco, 2019). Em relação ao Batuque gaúcho, apesar das controvérsias geradas sobre a sua formação, a conjectura que mais se confirma é a de que os primeiros terreiros foram fundados nas cidades de Pelotas e de Rio Grande.

Atualmente, conforme fala da Yá Vera Soares de Oyá em uma audiência pública na Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul sobre o Mercado Público de Porto Alegre há no estado mais de 60 mil casas religiosas de matriz africana no estado (Queiroz, 2022). Em Pelotas, há aproximadamente cerca de 2000 terreiros e casas de religião de matriz africana que estão registradas em Federações e Associações afro-religiosas de Pelotas (Campos, 2015).

O orixá Bará é o primeiro do *Xirê*⁶, pois é o primeiro que come, por isso é o primeiro a ser cultuado nas cerimônias. Na cosmovisão afro-gaúcha, Bará é o orixá com maior conexão com os seres humanos, é o orixá da comunicação entre os mundos *ayê* (visível) e *orun* (invisível) e com domínio nas encruzilhadas, nos caminhos – tanto em relação a abertura quanto fechamento – e nos Mercados.

É um fundamento da nossa religião porque o mercado público, o mercado tem um significado muito grande pro nosso povo, entende? E é ali que se vende, que eram vendidos os escravos, então tem um fundamento do Bará, porque o Bará é o movimento, é a vida, é o norte. Todos nós temos um Bará porque se não, não estaríamos vivos. (Entrevista realizada com Mãe Gisa de Oxalá, em 16 de janeiro de 2012) (CAMPOS, 2013).

⁶ *Xirê* é uma palavra em Yorubá que significa roda ou dança circular para louvar cada um dos orixás.

O reconhecimento do patrimônio cultural identificado na presença e potência do Bará situado no Mercado Público de Pelotas, como sendo este seu lugar de domínio e morada sagrada, passa a levar em consideração os sentidos e significados da cosmovisão das religiões afro-gaúchas atribuídos ao Mercado Público:

As trocas efetuadas nesses mercados, desde as de mercadoria até aquilo que diz respeito à vida comum de nosso povo, como intrigas políticas e amorosas, rixas e amizades, encontros, transações, escândalos e novidade, tudo isto significa movimento, pois troca é movimento, e este é transitividade e, assim sendo, se subordinam a Exu (Bará) “o grande princípio dinâmico na cosmovisão do Candomblé” (e da nossa Nação). Portanto, não é de se estranhar que o Bará tenha agregado em seu nome o título de Olójá que significa “dono do mercado”. (PERNAMBUCO, 2019, p. 51)

O Mercado Público Municipal de Pelotas está localizado na área central da cidade, na Praça 7 de Julho, que fica na encruzilhada das ruas Andrade Neves, XV de Novembro, Tiradentes e Lobo da Costa. A compra do terreno e a elaboração da planta do Mercado ocorreram em 1846, sua construção começou no ano seguinte e a inauguração em 1850.

Em 1985, o Mercado Central de Pelotas foi tombado pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico. O pedido de tombamento foi realizado pelo prefeito da época, Bernardo de Souza, ao Conselho Municipal do Patrimônio Histórico e Cultural (Comphic), em virtude do valor histórico, social e arquitetônico do prédio. Em 2002, a Prefeitura de Pelotas estabeleceu um Convênio de Cooperação junto à União, por meio do IPHAN, para a implantação do Projeto de Recuperação do Centro Histórico de Pelotas através do Programa Monumenta⁷.

⁷ O Programa de Preservação do Patrimônio Histórico Urbano — o Programa Monumenta — foi implementado a partir do ano 2000, pelo Ministério da Cultura (MinC), que contava com o apoio da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO). Este resultou de um contrato de empréstimo entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Governo Federal, que procurava combinar recuperação e preservação do patrimônio histórico com desenvolvimento econômico e social.

Imagem 1: Mercado Público de Pelotas, entrada principal.



Fonte: Blog Memória Viajante. Disponível em: <https://www.memoriaviajante.com/um-passeio-pelo-mercado-central-de-pelotas-e-arredores/>

A partir dos significados cosmológicos do Bará, duas sacerdotisas, Yalorixá Gisa de Oxalá e Yalorixá Sandrali de Oxum, idealizaram o ritual de assentamento⁸ do orixá no Mercado Público de Pelotas, em 2012. O ritual tinha como fins abrir os caminhos para o funcionamento pleno do Mercado Público, plantando-se o axé. No entanto, diante da condição pública do espaço, as sacerdotisas tiveram que solicitar autorização do poder público local para concretizar o ritual. Nesse ínterim, outra sacerdotisa, desconhecida das demais, se aproximou e pediu para participar da cerimônia religiosa.

Porém, esta mãe de santo, fotografou parte do ritual sem a autorização prévia das mães de santo e divulgou as imagens para um jornal local. Na época, o jornal publicou uma reportagem que noticiava sobre um ritual “africanista” envolvendo o sacrifício de animais realizado no Mercado Público, expondo uma imagem da Yalorixá Gisa de Oxalá e sua família de santo. A matéria gerou ataques virtuais de cunho racista e de intolerância religiosa direcionados a Mãe Gisa e membros do terreiro, bem como a abertura de processo pela Promotoria Pública para esclarecimentos sobre a cerimônia religiosa⁹.

⁸ Assentamento pode ser lido como categoria analítica cruzada da diáspora africana, uma vez sendo uma invenção que ressignifica o chão como “morada sagrada”, como “lugar de encantamento” e de “segredos”.

⁹ Na época, uma postagem no “Blog Amigos de Pelotas” de autoria do jornalista Rubens Filho, caracterizou-se o ritual como uma “chinelagem (palavra boa esta para algumas coisas) é pouco para descrever o que se passou, mas dá uma ideia da idade mental e cultural dos realizadores da barbárie” (CAMPOS, 2013, p. 50).

Por isso, há alguns anos, propõem-se adotar o termo “racismo religioso” para se somar ao combate à intolerância religiosa e, sobretudo, destacar que a luta diz respeito ao seu caráter racial. O “racismo religioso” revela que não se trata apenas da “relação entre crença e uma origem preta”, nem mesmo que isto incida tão somente aos praticantes que são negros e negras, mas reivindica que há uma “alteridade condenada a não existência” (NOGUEIRA, 2020, p. 47).

Como resposta aos ataques, circulou na internet um manifesto denominado “Manifesto contra a banalização e o desrespeito às religião de matriz africana e afro-umbandista em Pelotas”¹⁰, elaborado por intelectuais de diversas áreas, representantes religiosos de matriz africana, e contou com a participação de entidades de defesa e proteção da Tradição de Matriz Africana e Afro-Umbandista, os quais apresentaram uma justificativa de cunho histórico, cosmológico e antropológico para a realização da cerimônia no Mercado Público. Como base de fundamentação foi salientado que no espaço que hoje corresponde à localização do Mercado Público ocorria a comercialização de africanos escravizados durante o sistema escravagista em Pelotas. Assim como, a comunidade de terreiro partilha da mesma crença de que durante a construção do prédio, os africanos escravizados teriam enterrado uma obrigação ao orixá Bará, portanto, o primeiro assentamento.

1.2 Patrimonialização: etapas do processo

No Dossiê de Pedido de Registro do Bará do Mercado de Pelotas como Patrimônio Cultural Imaterial do Rio Grande do Sul, elaborado pela UFPel em colaboração com a comunidade tradicional de terreiro, solicitou-se o Registro do referido bem cultural imaterial nos Livros de Lugares e Saberes. Compreendendo-se que a inscrição nos dois livros fortaleceria a preservação do bem cultural e concederia maior visibilidade às Culturas/Religiões de Matrizes Africanas, as quais há séculos sofrem “invisibilização da história oficial, em especial do estado do Rio Grande do Sul” (Dossiê, 2023). O dossiê também destacou a importância do Bará para a comunidade tradicional de terreiro enquanto “forma de criar, fazer e vivenciar o Mercado Público”, cujo Lugar privilegiado passa a produzir e reproduzir modos de fazer a cidade.

Nesse sentido, foi apresentado diferentes modos de fazer a da cidade a partir das práticas afro-religiosas e manifestações públicas do Bará. Assim, no Batuque há uma

¹⁰ Disponível em: <http://mantodeoxala.blogspot.com/2012/07/manifesto-contra-banalizacao-e-o.html>. Acesso em: março de 2024.

tradição denominada de “Passeio” que se refere a um rito importante para um filho de santo “aprontado”. Após a finalização de todos os rituais, o filho de santo recém-aprontado, circula por alguns locais simbólicos e significativos para ser apresentado. Um desses locais é o Mercado Público.

Para Paulo de Xangô (FREITAS, 2019) o Passeio trata-se da “ancestralidade de um povo negro territorializando um espaço que reivindica como seu”. Para o autor, “através de passeios os Povos de Terreiros mostram sua inserção nas cidades percorrendo locais simbólicos dentro de espaços urbanos - mercado, praia, Igreja, cruzeiros, matas, cachoeiras - reforçando sua Religiosidade diante de outras dominantes” (Dossiê, 2023).

Além disso, a relação entre o Bará e o Mercado Público também está presente nas procissões realizadas ao Orixá, onde o Mercado faz parte obrigatória do itinerário. Bará mais uma vez é transgressor, ocupando as ruas da cidade através da Procissão ao Pai Bará.

A Procissão ao Pai Bará teve início em 2015 por iniciativa de diversas lideranças que, em um primeiro momento, buscaram homenagear o orixá por meio de uma estratégia de sincretismo com o catolicismo. Apesar de não haver sincretismo entre Bará e Santo Antônio, a escolha levou em consideração a data que celebra ambos, dia 13 de junho, e algumas relações que existem entre a santidade e a divindade. Deste modo, a primeira Procissão ao Pai Bará levou às ruas a imagem do santo católico¹¹.

No ano seguinte, 2016, houve a realização da segunda edição da procissão, que continuou com a imagem de Santo Antônio, mas foi incorporado uma nova prática durante a manifestação a fim de valorizar a cultura de matriz africana. Assim, durante a caminhada com a imagem do santo católico, cada terreiro visitado o recebia e passava adiante para o próximo terreiro, com o objetivo de criar um elo entre os terreiros. Outro elemento diferencial em comparação a primeira procissão, é que na nova edição houve a participação de *ogãs*¹² e religiosos usando indumentárias que representavam os orixás, os quais dançavam no ritmo dos tambores. A terceira edição da Procissão ao Pai Bará ocorreu em 2017, ainda com as imagens do santo católico e do orixá em comunhão.

¹¹ Como afirma Menezes (2009, p. 93) “Santo Antônio, de Pádua (cidade italiano onde o corpo do santo está sepultado) ou de Lisboa (cidade portuguesa onde ele nasceu), era um frade franciscano do século XIII, que foi canonizado no mesmo período”, em decorrência de seus milagres e da sua localidade, o santo é cultuado reconhecidamente em Portugal e suas colônias. Assim, no contexto brasileiro, “ele é apontado pelos folcloristas como um dos santos mais populares, um santo considerado poderoso, sendo celebrado, com São João e São Pedro, nas festas juninas, extremamente significativas no país”.

¹² Ogã é àquele responsável por diversas funções no terreiro, dentre elas, principalmente é tocar os tambores.

Imagem 2: Ilustração da divulgação da 3ª Procissão ao Pai Bará, 2017.



3ª PROCISSÃO AO PAI BARÁ

CONVIDAMOS AOS IRMÃOS DE FÉ, AMIGOS E SIMPATIZANTES
A PARTICIPAR DA PROCISSÃO EM LOUVOR AO PAI BARÁ

Data: 15 de Julho 2017 - Concentração: 10 horas

Concentração:
Andrades Neves, Esquina Voluntarios da Pátria

Destino: Mercado Público de Pelotas
Traje: Roupas Brancas ou Vermelhas

Contatos
redereuna@gmail.com

Babalorixá Balano D'Oxalá
(053)98428622
Babalorixá Juliano D'Oxum
(053)984211608
Ialorixá Dalana D'Oxum
(053)984097977



Em 2019, Pai Paulinho de Ogum Xoroquê, uma liderança reconhecida no estado do Rio Grande do Sul e na Bahia, fez uma doação de uma escultura de Bará para Pelotas. A imagem ficou aos cuidados do Babalorixá Juliano de Oxum, no seu ilê. A inserção da imagem esculpura do orixá Bará Lodê, fez emergir outras estratégias do povo de terreiro para ocuparem as ruas, distanciando-se do sincretismo católico, talvez dando indícios da contingência em relação ao avanço afro-religioso no espaço público.

Imagem 3: Orixá Bará, exposto no interior do Mercado Público, durante cerimônia de doação.



Fonte: Acervo da autora.

Em 2020, Babalorixá Juliano buscou retomar a Procissão ao Bará, porém devido a ocorrência de incêndio no seu ilê, que acabou danificando parcialmente a imagem do Bará, não houve a realização do evento naquele ano. Durante a roda de conversa organizada pelo GEEUR para elaboração do dossiê, Helenira Brasil abordou esse assunto, compartilhando mais detalhes referentes ao processo de restauração da imagem do Bará.

Eu só lembrei que depois que pegou fogo na casa do Juliano e a gente queria dar continuidade à demarcação afrodiáspórica, com a Sandrali, que teve uma participação muito importante, o Bará precisou ser restaurado, ele ficou com a cabecinha frouxa, enfim, precisou de reparos. E pra retornar, o pessoal do Museu da Baronesa... Os restauradores, fizeram com amor e carinho, agora lembrei disso e temos que lembrar, porque Ele não saiu do incêndio intacto, então quando ele precisou de restauro. A Fabiane, que é a diretora do Museu da Baronesa, e Marcelo, fizeram toda a restauração necessária. Inclusive, esse processo envolveu os búzios... que antes não tinha (...) antes era com umas fitas, mais pra carnaval do que pra qualquer outra coisa, e a gente teve que pensar, “ai, será que tá certo ou não tá” e a gente conversou lá (...) porque toda vez que tem um restauro é uma nova assinatura, é uma nova pessoa que colaborou na construção daquela obra... e ficou muito bem, a meu ver, então a gente conseguiu enxergar de novo a escultura e toda a representatividade que a gente queria levar pro mercado. Era esse registro que eu queria fazer aqui. (Helenira Brasil, na roda de conversa realizada no dia 11 de novembro de 2022) (trecho retirado do Dossiê, 2023)

A restauração da imagem foi concluída em 2021, possibilitando a realização do evento, porém foi adotado o formato virtual devido ao contexto da pandemia global da Covid-19. No dia 1º de julho de 2021 foi instalado o adesivo demarcatório da tradição de matriz africana e afrodiáspórica no centro do Mercado Público de Pelotas. Na imagem do adesivo, as chaves e correntes ao centro representam o elo de ligação com o Orixá Bará, e a moldura com imagem em volta remete à matriz afrodiáspórica. A arte é de autoria de Babalorixá Juliano de Oxum e a produção é de Letícia Ost Farias.

Imagem 4: Imagem do adesivo demarcatório instalado no Mercado Público de Pelotas.



Fonte: Acervo da autora.

Em 2022, conforme relato do Babalorixá Juliano de Oxum, o retorno da Procissão ao Pai Bará para as ruas da cidade contou com um número grande de apoiadores. O que demonstrou fortalecimento e união da comunidade tradicional de terreiro, sendo o tema da procissão daquele ano “O que nos uni é a Ancestralidade, então Juntos Somos mais Fortes”. Este momento marcou o retorno da Procissão ao Pai Bará ao espaço público de forma mais abrangente, pois expôs a imagem do Bará como uma presença material do orixá reforçada pelo adesivo demarcatório, assim como foi instituído oficialmente no calendário de eventos do município de Pelotas o “Dia do Orixá Bará”, considerando o dia 13 de junho para ser celebrado anualmente, através da Lei Ordinária Municipal nº 7.025/2022.

Nesse mesmo sentido, de reconhecimento por parte do poder executivo e legislativo municipal, também em 2022, foi instalado uma placa na principal esquina do Largo do Mercado Público, ou melhor dizendo, na encruzilhada localizada entre as ruas Quinze de Novembro e Lobo da Costa. A placa passou a territorializar a “Esquina do Axé e das manifestações populares”.

Imagem 5: Placa Esquina do Axé e das Manifestações Populares



Fonte: Pelotas Turismo. Disponível em: <https://pelotaturismo.com.br/noticias/599>

Na elaboração do dossiê de pedido de patrimonialização, Bará é apresentado como orixá que compõem o panteão das divindades das Culturas/Religiões de Matrizes Africanas, mas não se restringe aos limites religiosos. Bará se faz presença no Mercado Público como potência *política*, pois visibiliza e combate o racismo e as ideias colonialistas de que “outras práticas” são primitivas e não religiosas; como potência *poética* porque revela a inviabilidade de separar o ser e o saber; e como potência *ética* porque cria novos conhecimentos que transgridem a história considerada “oficial” da elite pelotense sobre o Mercado Público e a cidade.

Assim, Mercado Público como lugar sagrado e caminho formativo é como corpo, dimensão fundamental do ser, é a “inscrição do saber e da presença em transe nos cursos do Novo Mundo” (RUFINO, 2019, p. 73). Nesse sentido, Bará também não se restringe ao conceito de patrimônio cultural imaterial, nem mesmo busca a subversão conceitual. O mesmo movimento da encruzilhada que atravessa símbolos, significados e práticas rituais, aponta para a gingada de Bará que conduz os bens culturais de natureza imaterial ao encontro do material, e vice-versa. Nessa encruzilhada, mais uma vez rompe com as dicotomias ocidentais, nesse caso, as que definem o patrimônio cultural a partir da cisão entre material/imaterial.

1.3 As encruzilhadas e as constantes negociações

A primeira reunião realizada para firmar a parceria do Conselho do Povo de Terreiro de Pelotas com a Universidade Federal de Pelotas para a construção do dossiê para pedido de reconhecimento do Bará do Mercado de Pelotas enquanto patrimônio cultural do Estado ocorreu no dia 22 de junho de 2022, de forma virtual via sistema de web conferência. Na ocasião, reuniram-se a Prof^a. Dra. Louise Prado Alfonso, integrantes da equipe de pesquisa do projeto e o então presidente do Conselho Municipal do Povo de Terreiro de Pelotas, Babalorixá Juliano de Oxum, do Ilê Axé Reino De Oxum Epandá e Xapanã Jubitei.

Afirmou-se em reunião que as atribuições do Projeto Terra de Santo seriam: 1) Elaborar pesquisa sobre bens reconhecidos e processos de patrimonialização do município e do estado do Rio Grande do Sul; 2) Evidenciar o aspecto cultural das manifestações de Matrizes Africanas do Rio Grande do Sul, demonstrando suas particularidades e diversidade; 3) Confeccionar o documento final para entrega ao Iphae e ao Conselho Municipal de Patrimônio; 4) Assessorar o Conselho referente à patrimonialização durante todo o processo de elaboração do documento; 5) Organização de um banco de dados contendo imagens, documentos, reportagens, artigos, pesquisas científicas, entrevistas que tenham relação com o tema; 6) Acompanhar os trâmites junto aos órgãos e ao Conselho.

Para o Conselho e demais parceiros, firmaram as seguintes incumbências: 1) auxiliar no levantamento de imagens e documentos para compor o banco de dados que será disponibilizado junto ao Dossiê; 2) articular parcerias com lideranças para coleta de depoimentos sobre a importância do Bará para as Religiões/Culturas de Matrizes Africanas; 3) responsabilizar pela entrega oficial ao Iphae e ao Conselho de Patrimônio Municipal.

Tão logo, iniciaram-se as reuniões virtuais organizadas pelo Projeto Terra de Santo, realizadas nas segundas-feiras às 17 horas, virtualmente. Cabe ressaltar que os primeiros encontros com os pesquisadores ocorreram para a organização do cronograma das atividades da coleta dos dados. Concomitante, foi criado um grupo de whatsapp para a equipe dialogar e compartilhar informações pertinentes para a construção do dossiê.

Já os encontros virtuais com a comunidade tradicional de terreiro foram chamados de “rodas de conversa”. As duas primeiras rodas, ocorridas em outubro de 2022, contaram com a participação da Comunidade Beneficente Tradicional de Terreiro (CBTT) e seus respectivos sacerdotes, Pai Paulo Xangô e Yalorixá Gisa D’Oxalá, para abordarem a

relação com o Mercado Público de Pelotas antes, durante e depois do assentamento do Bará.

No mês seguinte, ocorreu uma roda de conversa com a participação de Babalorixá Juliano D'Oxum, Babalorixá Gilson Lobo de Xangô, Babalorixá Rodrigo de Bará, Babalorixá Paulo de Xangô, Sandro Medeiros e Helenira Brasil, sendo esta responsável pela gestão cultural do Mercado Público de Pelotas. Esse encontro teve como objetivo tratar acerca do Mercado do Bará e da Procissão ao Pai Bará. Posteriormente, as reuniões foram voltadas para a equipe sistematizar os dados coletados nas entrevistas e nas pesquisas bibliográficas.

O dossiê apresentou o seguinte resultado: uma breve historiografia do Rio Grande do Sul, dando ênfase à visibilidade da negritude; destacou alguns aspectos das políticas patrimoniais em Pelotas; levantou a hipótese de leitura sobre Pelotas como uma cidade sagrada em decorrência das relações com as religiões de matrizes africanas, que ultrapassam a presença do Bará do Mercado; apresentação do bem cultural, ou seja, do Bará do Mercado e suas manifestações no espaço público; e, por fim, o Pedido de Reconhecimento do Bará do Mercado como Patrimônio Cultural Imaterial do estado do Rio Grande do Sul.

Posteriormente, em março de 2023, o dossiê foi levado à apreciação do Conselho Municipal do Povo de Terreiro e com a aprovação foi encaminhado para a avaliação do Iphae-RS. No dia 29 de junho, ocorreu uma reunião virtual sobre o pedido de reconhecimento do Bará do Mercado de Pelotas como Patrimônio Imaterial, na qual estavam presentes representantes da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (SEDAC/Iphae), da Secretaria de Cultura de Pelotas (Secult), do Conselho Municipal de Cultura de Pelotas (Concult); do Conselho do Povo de Terreiro de Pelotas; e da Universidade Federal de Pelotas.

Na ocasião, foi feita uma breve exposição sobre a análise do dossiê enviado pelos proponentes do Registro, afirmando que a documentação estava bastante avançada em seu conteúdo. Dessa forma, o processo de inventariação do bem cultural se iniciaria na Fase 2, que corresponde à elaboração das entrevistas.

Em relação às entrevistas, os proponentes manifestaram que possuíam material audiovisual das “rodas de conversa” contendo depoimentos sobre o Bará e sua relação com Pelotas. Porém, os técnicos do Iphae, demandaram aos proponentes acesso ao material já existente, para verificar se o conteúdo se adequa às exigências da Ficha de Entrevistas do Sistema de Rastreamento Cultural do Iphae. Foi destacada a importância

de realizar novas entrevistas que abranjam, sobretudo, as salvaguardas necessárias para a continuidade do bem cultural atualmente.

Além das entrevistas, os técnicos do Iphae também abordaram sobre a terceira fase, etapa imprescindível para avançar no processo de patrimonialização do bem, que corresponde ao inventário de identificação do bem cultural. Sobre esta fase, os técnicos explicaram que se refere a uma descrição detalhada dos diversos elementos que compõem o bem cultural, para se documentar a situação em que o bem se encontra na atualidade.

Tais exigências travaram o processo de patrimonialização do Bará do Mercado, tendo em vista a complexidade do conteúdo das demandas das Fichas de entrevistas e das Fichas de Identificação do bem cultural nos dois livros – de saber e de lugar.

No que se refere ao Lugar, o roteiro de entrevista solicita dados pessoais do/da entrevistado/da, localidade (inclusive coordenadas), e mais 10 pontos relacionados ao bem cultural, especificamente. Para elucidar, destaco as questões dos pontos 3 e 4:

3 – Relação do entrevistado com o bem cultural

- 3.1. Qual sua relação com o lugar que é tema desta entrevista?
- 3.2. Realiza ali alguma atividade? É proprietário/ responsável pelo lugar?
- 3.3. Faça um relato sobre sua história pessoal relacionada ao lugar e áreas próximas/ bairro/ região:
- 3.4. Há quanto tempo esse lugar faz parte de sua vida? Como conheceu?
- 3.5. Que significados esse lugar teve e ainda tem para você, sua família, seu grupo (econômico, social, cultural, alimentício, religioso, lúdico, etc.)? Descreva.
- 3.6. Você costuma convidar pessoas para conhecer esse lugar?
- 3.7. Qual a importância desse bem cultural para a região? Descreva.
- 3.8. Qual a importância desse bem cultural para o estado do Rio Grande do Sul? Descreva.
- 3.9. A sociedade valoriza esse bem cultural? Por quê?
- 3.10. Participa de algum grupo, cooperativa ou associação ligada a esse lugar? Por quê?

4 – Descrição do bem cultural

- 4.1. Faça o desenho do lugar:
 - 4.1.1. Explique o desenho feito:
- 4.2. Quais os principais marcos naturais (cachoeiras, rios, montanhas, etc.) e bens culturais materiais (edificações, casas, prédios, salões, ginásios, sítios arqueológicos, sítios paleontológicos, quilombos, aldeias indígenas, colônias de imigrantes, etc.) do lugar?
- 4.3. Há espaços cenográficos e rituais? Quais? Onde?
- 4.4. Como se formou esse lugar? Conhece alguma história sobre sua formação ou algum fato nele ocorrido?
- 4.5. O que torna esse lugar importante na localidade/região? Há outros lugares característicos?
- 4.6. Há atividades cotidianas nesse lugar? Quem participa? Fale sobre elas.
- 4.7. Os moradores da região (e sociedade) valorizam esse lugar?
- 4.8. Quem é responsável ou proprietário deste lugar?
- 4.9. O lugar é associado a roteiros turísticos? Em caso positivo, qual a relação com os turistas? Há adaptações de espaços e/ou rotinas para receber turistas?

Os relatos manifestados nas rodas de conversa respondem parcialmente os pontos

3 e 4. Porém, as demais questões das entrevistas sequer foram levantadas nas rodas de conversa. A mesma situação foi encontrada na ficha de entrevista referente ao livro de saberes. Nesse sentido, tudo indica que as entrevistas deverão ser realizadas, preferencialmente, de forma individual com cada um e cada uma da comunidade de terreiro. Já as fichas de identificação do bem cultural, de lugar e saber, solicitam informações mais detalhadas do bem cultural, cujas respostas poderão ser encontradas nas rodas de conversa e complementadas através do dossiê.

1.3 Desafios do patrimônio

Após a reunião com os técnicos do Iphae, foi encerrado a parceria com o Projeto Terra de Santo que estava sendo desenvolvido pelo Grupo de Estudos Etnográficos e Urbanos (GEEUR) do curso de Antropologia da UFPEL, pois o acordo com o Conselho Municipal do Povo de Terreiro era a elaboração do dossiê e sua entrega ao Instituto. Somou-se a isso, o término do mandato do Babalorixá Juliano de Oxum, como presidente do Conselho Municipal do Povo de Terreiro.

Tal distanciamento causou impactos ao processo de patrimonialização do Bará do Mercado. Isto porquê, desde a manifestação favorável para registrar o Bará do Mercado, o Babalorixá buscou estreitar o diálogo com o atual presidente do Conselho, Rodrigo Barcellos Domingues de Bará, para apresentar as demandas colocadas do Iphae para continuidade no processo de patrimonialização. Em diálogo com o Babalorixá Juliano para marcar as entrevistas com os mesmos participantes das rodas de conversa, o babalorixá relatou que o atual presidente lhe afirmou que já havia contribuído anteriormente e demonstrou incompreensão sobre a realização de novas entrevistas sobre o Bará, pois o mesmo assunto já havia sido tratado nos encontros virtuais referindo-se às “rodas de conversa”.

A partir de caminhos que aparentemente se fecham, Bará do Mercado sinaliza o encruzo que renegocia a realidade constantemente a fim de criar movimentos. O mesmo movimento por novas rotas ocorreu quando Iphae, apesar da resposta positiva, apresentou ressalvas para cumprir as exigências específicas do órgão. As fichas técnicas para inscrever o bem cultural nos dois livros, de Lugar e de Saber, conforme sugerido no dossiê, complexificaram o processo. Porém, possibilitaram a abertura de novos horizontes para renegociar com as teorias e práticas regentes da política de patrimônio no Brasil.

Sobre as políticas patrimoniais tecidas e adotadas para assegurar a alteridade

cultural de matriz africana, cabe retomar o emblemático caso do tombamento do terreiro de candomblé Casa Branca, em Salvador, Bahia, em 1984. As argumentações defendidas pelo antropólogo Gilberto Velho levaram em consideração que as crenças religiosas afro-brasileiras pertenciam às manifestações culturais de uma parte significativa da sociedade, as quais eram fundamentais para a constituição da identidade brasileira. Nos termos de Velho, “não há dúvida de que tal medida de reconhecimento do Estado representava também uma reparação às perseguições e à intolerância manifestadas durante séculos pelas elites e pelas autoridades brasileiras contra as crenças e os rituais afro-brasileiros” (2007, p. 253).

Assim, na década de 1980 emergiu um movimento fundamentado no conceito antropológico de cultura para elaborar ações de políticas patrimoniais a fim de abarcar a diversidade cultural, étnica e religiosa no Brasil (ABREU, 2007). De tal modo, as medidas de proteção dos bens culturais passaram a ser repensadas a partir da concepção de cultura no sentido mais complexo, valorizando-se os aspectos chamados “imateriais” ou “intangíveis” do patrimônio cultural.

A proposta de inscrever Bará do Mercado nos livros de Registro de Lugar e de Saber, reconhecendo a condição do bem enquanto patrimônio imaterial, ainda seria insuficiente acerca da sua proteção. Pois, Bará é mais que uma prática coletiva produzida e reproduzida no espaço do Mercado Público. Reitero que na epistemologia das encruzilhadas, Bará é campo inventivo, é saber apreendido e compartilhado a cada ritualização, cujo saber-fazer dos terreiros emancipa as fronteiras dos espaços físicos. Nessa linha de compreensão, Bará refaz a materialidade dos espaços físicos, mas sem excluir as memórias e significados amortizados pela cosmovisão colonial, e sim potência criadora de contranarrativas à modernidade, de modo a revelar e combater essa escassez.

Portanto, a materialidade do território, nesse caso o chão sagrado feito pelo Bará não se limita ao Mercado Público, mas que se materializa ao sacralizar as ruas da cidade, cujo saber-fazer é determinante para Bará, bem como para as divindades e ancestrais habitarem esses espaços. “A rua e o Mercado são caminhos formativos e onde se faz o ganho, é lá que se tecem nossas aprendizagens, no intercâmbio das diferentes formas de trocas, se aprende e se substancia a vida” (RUFINO, 2019, p. 103-104). Diante dessa compreensão, “tais espaços não são apenas subsistentes nem são palcos vazios destinados à livre simbolização ou à demarcação de fronteiras sociais” (QUEIROZ, 2022, p. 138).

Bará do Mercado, nos propõe abrir caminhos para refletir sobre as políticas de patrimônio, considerando a epistemologia da encruzilhada simetricamente à concepção

antropológica de cultura, de tal modo rompendo com a divisão das naturezas fixas desses bens culturais entre material e imaterial. Se considerarmos na atualidade, as medidas de proteção ao patrimônio existentes garantem a proteção e preservação do Bará que está presente materialmente no chão do Mercado e nos objetos-rituais praticados dentro e fora dos terreiros? Simbolicamente nos diversos sentidos e significados atribuídos ao bem? Politicamente nas ruas da cidade e poeticamente nos saberes decoloniais que são reinventados a cada ritualização? O Registro do Bará do Mercado como patrimônio imaterial daria conta dessa encruzilhada? O tombamento já existente do Mercado Público protegeria Bará de qualquer processo de “revitalização” na edificação?

Considerações

Portanto, as tensões sobre a patrimonialização e os movimentos conduzidos por Bará na cidade de Pelotas, tais como as procissões, as datas comemorativas, os rituais, o adesivo demarcatório, a placa, a restauração da imagem de Bará e sua inserção no Mercado, são políticas públicas de memória significativas no contexto geral do Brasil. Essas ações de memorialização do Bará do Mercado resultam de um conflito interno a partir do reassentamento do orixá, que foi impulsionador de uma série de ações. Se, inicialmente, a divulgação das imagens do ritual de assentamento do Bará resultou em perseguição à sacerdotisa e sua família de santo, posteriormente, Bará foi publicizado enquanto movimento político, revelando as práticas racistas produzidas e reproduzidas na sociedade pelotense. Como nos ensinamentos do terreiro, em que o chão sagrado deve ser tocado devagarinho, Bará conduziu a sua publicização no espaço público a cada ritualização, a cada movimento. Além disso, os saberes do terreiro também indicam que os movimentos são próprios da movimentação de Bará, sendo a ordem e a desordem uma lógica, uma estratégia, uma episteme. Ou seja, as possibilidades de ação podem vir a partir do caos.

Sem início e sem fim, Bará em processo de patrimonialização também busca conduzir os caminhos, ora aparentemente fechando-os devido às tensões, ora revelando aberturas através de constantes negociações. Sendo assim, enquanto perspectiva decolonial, Bará nos revela as frestas das encruzilhadas que buscam ultrapassar as barreiras impostas pela modernidade ocidental e garantir a proteção do seu modo de ser e existir sem encaixá-lo em normativas opressoras.

Referências

ABREU, Regina Maria do Rego Monteiro. NO CONTEXTO DE UMA NOVA ORDEM. In: Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos**. Blumenau: Nova Letra, 2007.

CAMPOS, Isabel Soares. **Religiões de matriz africana: entre o reconhecimento e a intolerância religiosa**. 2013. Trabalho de conclusão de curso, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2013.

_____. **As marchas religiosas tomando as ruas de Pelotas (RS): Por vezes Orixás, por vezes Jesus**. 2021. Tese (Doutorado), Programa de Pós-graduação em Antropologia, Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2021.

_____. “Senhor dos Caminhos”: tomando novos rumos para as religiões afro-brasileiras na cidade de Pelotas (RS). **TESSITURAS**, v.10, n.2, JUL-DEZ, 2022.

CÉSAIRE, Aimé. Discurso sobre o colonialismo. Tradução: Cláudio Willer. São Paulo: Veneta, 2020.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL - IPHAN. Programa Monumenta reinaugura o Mercado Público de Pelotas – RS. Notícia. 2012. Disponível em: <http://Notícia: Programa Monumenta reinaugura o Mercado Público de Pelotas – RS - IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional>

MENEZES, Renata de Castro. O sagrado, o convento e “a cidade”. In: ALMEIDA, Ronaldo de; MAFRA, Clara. **Religiões e cidades: Rio de Janeiro e São Paulo**, São Paulo: Editora terceiro Nome, 2009. p. 93-110.

NOGUEIRA, Sidnei. **Intolerância religiosa**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2020. 160 p. (Feminismos Plurais). ISBN 978-65-87113-04-3. E-book.

PERNAMBUCO, Adalberto Ojuobá. DA IMPORTÂNCIA DOS MERCADOS PARA AS RELIGIÕES AFRO-BRASILEIRA. **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 35, p. 49-53, jan./jul. 2019.

_____. As Religiões Africanas no Rio Grande do Sul (Batuque). **Debates do NER**, Porto Alegre, ano 19, n. 35, p. 39-47, jan./jul. 2019

QUEIROZ, Vítor. Na rua, no meio do redemoinho: das mediações de Exu no espaço público à ação político-ritual em dois contextos afro-religiosos. **Religião e Sociedade**, Rio de Janeiro, 42(1): 127-151, 2022.

RUFINO, Luiz. **Pedagogia das encruzilhadas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019.

VELHO, Gilberto. PATRIMÔNIO, NEGOCIAÇÃO E CONFLITO. In: Associação Brasileira de Antropologia. **Antropologia e patrimônio cultural: diálogos e Desafios contemporâneos / organizadores Manuel Ferreira Lima Filho, Jane Felipe Beltrão**,

Cornélia Eckert. – Blumenau: Nova Letra, 2007. 368p.

VIVEIROS DE CASTRO, Eduardo. “O Nativo Relativo”. **Mana**, vol. 8, nº 1:113-148, 2002.